



Vivian Urquidí¹ 

Maria Cristina Cacciamali² 

Bruno Massola Moda³ 

Universidade de São Paulo, Brasil

Gustavo Gutiérrez e a Teologia da Libertação: Uma Resposta Teológica e Política às Demandas Históricas e Sociais da América Latina

No início do século XXI, a América Latina e o Caribe experimentaram um período de transformações significativas no âmbito político - com a chegada de governos progressistas, principalmente -, e avanços no âmbito social, o que foi favorecido pela expansão econômica da China. Até 2014, a pobreza extrema na região foi atenuada de 12,2% em 2002 para 7,8% em 2014, assim como diminuíram os indicadores de desigualdade (IDB, 2024). O investimento social promoveu progressos principalmente em áreas como educação, redução da fome e melhorou os indicadores de saúde e bem-estar, criando expectativas de um novo modelo de desenvolvimento social e político. No entanto, passado esse curto período, que se encerra na segunda década do século, a situação socioeconômica latino-americana voltou a patamares históricos anteriores, com o retorno da pobreza extrema e da desigualdade, indicando que as profundas assimetrias na América

¹ Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo e Pós-doutora no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. É Professora adjunta da Universidade de São Paulo no Curso de Gestão de Políticas Públicas e nos Programas de Pós-graduação Integração da América Latina e de Estudos Culturais. *E-mail:* vurquidi@usp.br

² Doutora em Economia pela Universidade de São Paulo e Pós-doutora no Instituto de Tecnologia de Massachusetts e na Universidade do Novo México. É Professora titular da Universidade de São Paulo na Faculdade de Economia e Administração e no Programa de Pós-graduação Integração da América Latina. *E-mail:* cciamali@uol.com.br

³ Mestre e doutorando pelo Programa de Pós-graduação Integração da América Latina da Universidade de São Paulo. *E-mail:* bruno.moda@hotmail.com

Latina não são questões conjunturais, mas estão arraigadas estruturalmente no corpo social.

Com mais de 180 milhões de pessoas vivendo na pobreza – um pouco mais de 30% da população total da região – e mais de 80 milhões em condições de extrema pobreza - i.e, 13% –, conforme dados da ONU/CEPAL de 2022, a América Latina permanece sendo o continente mais desigual do mundo.

Dados de abril de 2024 do Banco Interamericano de Desenvolvimento (IDB, 2024) indicam que os 10% da população mais rica acumulam rendimentos médios 12 vezes superiores aos do segmento que está entre os 10% mais pobres. As estatísticas apontam que, na década iniciada em 2020, a concentração de riqueza aumentou, assim como o desigual acesso - principalmente da população negra, indígena e das mulheres - às oportunidades e aos direitos sociais, enquanto as políticas redistributivas se restringiram novamente em função do ajuste fiscal.

Politicamente, o cenário favorável do início do século XXI aos governos progressistas também mudou a partir da segunda década. A região vivenciou uma reviravolta com o ascenso de governos de direita liberal na economia, muitos deles com viés conservador nos costumes. Casos emblemáticos, como o Brasil de Bolsonaro, El Salvador de Bukele, o Equador a partir de Lenín Moreno e, posteriormente, a Argentina de Milei, refletem esse movimento que, ao mesmo tempo em que busca reverter políticas sociais e econômicas de caráter progressista, impõe um novo paradigma de austeridade fiscal e reformas *ultraliberales*. Essas mudanças, marcadas por polarizações políticas e sociais, revelam os desafios e dilemas da região em um contexto de incertezas globais, como conflitos bélicos prolongados, crises climáticas e radicalização das direitas europeias e nos Estados Unidos.

A sociedade latino-americana respondeu à expansão da direita com mobilizações importantes contra as forças reformistas liberais.

Recentemente foi o que se viu, principalmente na Colômbia, onde os protestos sociais – “El Estallido” de 2021 – criaram condições para uma transformação política do país com uma virada fundamental, embora instável, à esquerda. Na Bolívia, as forças democráticas e populares defenderam através do voto o retorno do governo do MAS ao poder, encerrando o golpe de 2019. No entanto, rachas internos do partido do governo contribuem fortemente para a possibilidade de uma vitória da direita nas eleições de 2025.

As mobilizações sociais em outros países não foram suficientes para sustentar as transformações progressistas: no Chile, o “Estallido Social”, não garantiu uma nova Constituição Plurinacional, nem no Equador e na Argentina, onde a ocupação das ruas pelos movimentos urbanos e rurais populares não foi capaz de neutralizar o avanço das políticas de ajuste fiscal e austeridade. No Brasil, a volta do Partido dos Trabalhadores ao governo não garantiu nem o fim das polarizações políticas, nem a retomada do projeto social dos primeiros governos petistas. Pelo contrário, certa apatia tomou conta da mobilização no campo das esquerdas, enquanto as ruas ficaram por um longo período tomadas pela ação política da direita, altamente motivada por valores conservadores, antidemocráticos, quando não fascistas.

Em cenários de desmobilização como os que descrevemos no caso brasileiro; ou de insucesso das lutas políticas progressistas, como no Equador e no Peru; no horizonte incerto argentino, boliviano e, inclusive, colombiano, cabe perguntar como é possível motivar e rearticular as energias sociais e políticas da resistência ao neoliberalismo? Como podemos impulsionar a construção ou a defesa dos projetos alternativos de hegemonia progressista, que caracterizaram a ação coletiva e as grandes manifestações sociais dos anos 1980 e 1990, em defesa da democracia e pelos direitos sociais contra as reformas neoliberais? Como impedir que a frustração das expectativas de ascensão econômica dos setores médios e

populares transforme essa base social em suporte ideológico e político do novo conservadorismo e do ultraliberalismo?

De fato, a indignação com a pobreza e a desigualdade não é um problema político ou epistêmico deste século. A luta popular contra a desigualdade já era uma questão central nas décadas de 1960 e 1970, quando no cenário de ausência democrática, teóricos sociais e militantes de esquerda – principalmente marxistas – analisaram a situação de miséria e marginalidade a partir de conceitos como pobreza e exclusão social. Naquele período, um dos mais importantes sociólogos latino-americanos, o mexicano Pablo González Casanova (2015[1965]), sentenciava, por exemplo, que as relações capitalistas produziam a situação de marginalismo, a falta de participação de segmentos sociais no crescimento do país e a existência de sociedades duais – cultural, econômica e politicamente heterogêneas – que transformavam a mesma nação em mundos distintos, e o *colonialismo* ou seu correlato contemporâneo, o imperialismo, não ocorria apenas em escala internacional, mas também dentro do próprio país, como um colonialismo interno.

Por sua vez, o brasileiro Florestan Fernandes (2015[1970]), outro grande sociólogo do século passado, em palestra ministrada em 1970, denunciava a incompatibilidade entre as crenças democráticas disseminadas pelos Estados Unidos naquele período e as consequências de sua hegemonia política na região, cujo resultado – intensificação da pobreza e a revitalização de estruturas de poder arcaicas – favorecia as ditaduras militares e os regimes autoritários.

O recrudescimento dos regimes militares contra partidos, sindicatos, universidades e mobilizações sociais, nos anos de 1960 e 1970, teve como resposta intensos conflitos políticos, gerando uma série de formas de resistência que se manifestaram principalmente por dois movimentos nem sempre separados: o da luta armada e o de ações solidárias em comunidades de base, especialmente as eclesiais de base (CEBs), como

resposta ao autoritarismo, à repressão política e à situação de miséria em setores urbanos e rurais.

Os ecos da Revolução Cubana de 1959 induziram à formação da resistência armada ao longo de todo o subcontinente. Assim, por exemplo, no Brasil, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), a Ação Libertadora Nacional (ALN), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) atuaram na clandestinidade contra a ditadura militar instaurada em 1964; em El Salvador, a Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN) adotou uma estratégia de guerrilha rural e urbana, buscando minar o governo e suas forças armadas, enquanto também realizava ações diretas contra os grandes latifundiários; e na Nicarágua, a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) venceu a dinastia somocista, tendo em seguida que confrontar, e por uma década, a contra-revolução orquestrada pelos Estados Unidos.

As Comunidades Eclesiais de Base desempenharam um papel fundamental na organização das resistências políticas, especialmente nas áreas urbanas e rurais mais empobrecidas. Com o surgimento da Teologia da Libertação, a partir da década de 1960, essas comunidades se tornaram um espaço crucial para a formação política crítica e a produção cultural de pedagogias de resistência contra a opressão ditatorial e oligopolista. Esse segmento progressista da Igreja Católica e Protestante, presente em toda a América Latina, e especialmente no Peru, Brasil, Chile, Colômbia e El Salvador, tornou-se um ponto de apoio para os mais pobres e marginalizados, oferecendo uma interpretação religiosa que via a luta pela justiça social e pela libertação como um dever cristão.

As Comunidades Eclesiais de Base se organizaram em torno de grupos de reflexão, de comunhão e ação de solidariedade em comunidades periféricas, escolas populares e projetos comunitários pautados pela ética da consciência transformadora da realidade.

É a partir da análise desse alinhamento entre setores progressistas da Igreja e os ideais de transformação política das estruturas sociais latino-americanas nas esquerdas que a **BJLAS** presta tributo, nos primeiros artigos deste número, ao projeto ético, cristão e político-intelectual de Gustavo Gutiérrez (08/06/1928 - 22/10/2024), como homenagem póstuma a um dos maiores expoentes da Teologia da Libertação e um dos principais arquitetos do movimento de reforma católica progressista na América Latina.

Neste número, dois artigos escritos por profundos conhecedores da Teologia da Libertação e da atuação de Gustavo Gutiérrez — o italo brasileiro Giovanni Semeraro e os colombianos Israel Arturo Orrego-Echeverría e Manuel Leonardo Prada Rodríguez— nos permitem entender a origem, as circunstâncias e a profundidade ética-política e filosófica do movimento teológico latino-americano, que foi abraçado por ativistas sociais, movimentos populares, coletivos culturais e até intelectuais marxistas na busca pela transformação política e social da região, a partir de uma mística de comunhão com os excluídos.

Da Filosofia da Libertação, projeto consolidado por Enrique Dussel (1987), entendemos que o *Paradigma da Libertação* – em todo distinto ao liberalismo burguês – resultou da releitura teológica do livro do Êxodo – segundo livro do Antigo Testamento da Bíblia, que narra a história da saída do povo de Israel da escravidão no Egito rumo à Terra Prometida.

A América Latina, que nas décadas de 1960 e 1970 sofria o momento mais álgido das ditaduras, também experimentava a abertura da Igreja Católica, desencadeada pelo Concílio Vaticano II para desempenhar um papel mais participativo na sociedade e nos problemas políticos e econômicos dos povos. As diretrizes do Concílio se aprofundaram na Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Medellín (1968), quando diversos documentos foram produzidos, com relevância para os que tratavam da justiça social, da paz e da necessidade de repensar

a pobreza e a libertação das relações opressivas impostas pela ditadura e pelos oligopólios latino-americanos sobre o povo.

A brecha aberta pelo Episcopado Latino-Americano favoreceu a releitura do livro do Êxodo, em que a luta do povo de Deus por sua libertação permitiu aos teólogos reconstruir suas leituras sobre a realidade latino-americana, na medida em que assumem o compromisso de acompanhar e aprender com os oprimidos os caminhos e sentidos reais da libertação.

Enrique Dussel (1987, pp. 106 e ss.) destaca vários níveis no processo de tomada de consciência que os teólogos da libertação vivenciaram até conquistarem os conhecimentos e as experiências coletivas capazes de permitir sua participação na transformação social. Nesse processo, a Igreja passará de uma situação voluntária inicial de optar pela pobreza para uma posterior em que descobrirá não apenas as condições materiais da pobreza, mas também o sujeito histórico real e concreto: o faminto, o explorado, o oprimido, ao qual a Igreja e os teólogos deverão servir e ter como referência. O oprimido não será mais agente passivo da sua libertação, mas sujeito ativo da transformação da sua realidade.

É neste cenário hostil e complexo da política e das reformas eclesiais que a dimensão histórica do teólogo peruano, Gustavo Gutiérrez, precisa ser entendida. Sabemos por Orrego-Echeverría e Prada Rodríguez – que escrevem neste número –, que nasceu no Peru e cresceu em um lar de classe média. Seu rosto expressava sua ancestralidade indígena, refletindo sua sensibilidade com os povos oprimidos desde a experiência colonial. Uma doença que o acompanhou desde sua adolescência também desenvolveu a empatia que o futuro teólogo terá pelos enfermos e marginalizados das benesses do Estado, o que possivelmente influenciou sua formação em medicina. Semelhante a José Carlos Mariátegui, os limites que o corpo lhe impunha induziram Gutiérrez a se tornar leitor da grande literatura peruana, cujas influências são apresentadas por Semeraro nas

páginas desta edição da **BJLAS**. Ordenado sacerdote, sua formação intelectual e teológica se consolidou por meio de sua passagem por diversas instituições europeias, onde também conheceu e estabeleceu diálogos com a experiência do Concílio Vaticano II.

A trajetória intelectual de Gutiérrez e os aspectos fulcrais desta teologia são criticamente apresentados nos dois primeiros artigos desta edição, como veremos. Destacamos aqui que, na medida em que Gutiérrez se transforma em referência mundial de uma teologia crítica e desafiadora do capitalismo e avessa aos poderes econômicos e políticos locais, ele também se tornou alvo do conservadorismo severo do Vaticano, especialmente durante o período em que Joseph Ratzinger esteve à frente da Congregação para a Doutrina da Fé, antes de se tornar o Papa Bento XVI.

As críticas de Gutiérrez e da Teologia da Libertação identificavam a origem da pobreza e das desigualdades sociais e econômicas ao valorizar a luta de classes, o que o Vaticano considerava inadequado e até perigoso.

Para Gutierrez,

[e]ssa luta [das classes baixas] está questionando a ordem social existente desde suas raízes. Ela insiste que o povo deve chegar ao poder se a sociedade for realmente livre e igualitária. Em uma sociedade assim, a propriedade privada dos meios de produção será eliminada, pois ela permite que uma minoria exproprie os frutos do trabalho realizado pela maioria, gera divisões de classe na sociedade e permite que uma classe explore a outra. Em uma sociedade redefinida, a apropriação social dos meios de produção será acompanhada por uma apropriação social das rédeas do poder político, o que garantirá a liberdade do povo (Gutierrez, 1983, p. 1-2, trad. livre)⁴.

Será que esse enfoque nos permite concluir que a teologia de Gutiérrez estivesse impregnada da dogmática marxista? Semeraro, e Orrego-Echeverría e Prada Rodríguez oferecem respostas consistentes a esta pergunta nos dois primeiros artigos deste número da revista. O fato é que, na visão de Ratzinger, a Igreja deveria concentrar-se na salvação

4

espiritual e não se envolver diretamente em questões políticas e econômicas, mesmo diante do contexto feroz de ditaduras militares e da miséria à qual o trabalhador explorado é relegado.

Em qualquer caso, outra pergunta que se impõe é saber se o desmonte da organização social das resistências e a emergência do conservadorismo evangélico na política foram resultados da crise de uma das alternativas mais importantes de organização política e social na América Latina.

A repressão e a condenação de seus principais representantes, como Gustavo Gutiérrez, resultaram no distanciamento da Igreja de temas ligados à justiça social e à luta contra as estruturas opressivas.

Contudo, Giovanni Semeraro avalia que, ao mudar o paradigma da libertação pelo projeto de construção hegemônica pela via dos partidos políticos, ao longo das últimas décadas,

“as preocupações eleitorais e a concentração nos partidos, a profissionalização da política e o dispêndio de energias na conquista do poder governamental acabaram esvaziando os espaços voltados para a mobilização popular e a construção da hegemonia nos diversos campos da cultura e da sociedade civil ” (SEMERARO, 2007, p. 102).

A ausência das ações eclesiais da Teologia da Libertação deve, de fato, ser vista como um dos fatores, entre outros, que contribuíram para o desmonte da política progressista e para a emergência do conservadorismo evangélico na América Latina. No auge da Teologia da Libertação, a Igreja Católica, especialmente através de movimentos como as Comunidades Eclesiais de Base, tinha um papel fundamental na defesa dos direitos dos pobres e na promoção de uma crítica radical às estruturas de poder e de exploração. A opção pelos pobres, tão central nesse movimento, visava não só uma mudança no plano espiritual, mas também uma transformação das condições materiais de vida e uma crítica às desigualdades econômicas e sociais presentes na região.

A ascensão do conservadorismo evangélico pode ter sido favorecida pela vacância deixada pela Igreja Católica na luta contra as desigualdades e em defesa de uma transformação social. Em vez de uma Igreja progressista e engajada, as igrejas neopentecostais na América Latina começaram a ganhar poder político, frequentemente alinhadas a governos neoliberais e com um foco muito mais forte em questões morais – como veremos também neste número da revista, nas análises da socióloga Betty Ruth Lozano. Trata-se de um novo movimento teológico, em boa parte, alinhado com as políticas de extrema direita.

A ausência de Gustavo Gutiérrez deixará um vazio profundo na luta pela dignidade dos pobres, pois sua voz incansável e sua visão teológica profundamente comprometida com a justiça social sempre foram faróis de esperança e transformação para os oprimidos da América Latina.

O primeiro artigo que compõe as homenagens a Gustavo Gutiérrez é do ítalo brasileiro, Giovanni Semeraro, professor pesquisador da *Universidade Federal Fluminense* (Brasil). Em “**Gustavo Gutierrez e o Legado da Teologia da Libertação**”, Semeraro coloca o teólogo e sujeito político Gustavo Gutierrez - “pai da Teologia da Libertação” - no cenário latinoamericano dos anos 1960-1970, da Guerra Fria e de Ditaduras, e da lutas pela libertação latinoamericana. O “cristianismo de esquerda” é explicado a partir da renovação da Igreja europeia, mas mediada pelas respostas dos teólogos latino-americanos a partir do lugar concreto das opressões regionais, isto é, dos governos de exceção das ditaduras, dos resquícios do colonialismo nas relações internas e da ameaça permanente do imperialismo norte-americano. A centralidade do conceito de pobreza em Gutierrez traz à tona não apenas o sujeito-paciente da opressão - o pobre ou povo que vive na condição da pobreza -, como principalmente as causas da pobreza, isto é, as contradições entre opressores e oprimidos, como contradições que “não são desígnios divinos”, mas relações concretas entre países colonizadores e dependentes, e classes dominantes com as

subalternas: “as massas populares não são simplesmente pobres, mas oprimidas e espoliadas”.

Na perspectiva deste cristianismo renovado, cujo “potencial é revolucionário” - segundo Semeraro - coloca-se a igreja latinoamericana em confronto com aquela que é agente de hierarquias sociais, da expansão colonial e capitalista e que se omite perante a miséria, o sofrimento e a injustiça social. A “opção pelos pobres”, pelo contrário, promovida pela Teologia da Libertação, buscaria a transformação da situação concreta dos oprimidos em agentes ativos e conscientes da sua libertação. Nesse contexto, a Igreja dos Pobres não poderá ser neutra contra a exploração, mas terá como uma das tarefas centrais - e a vida de Gustavo Gutierrez é um testemunho desta missão - a denúncia contra a acumulação das “classes abastadas”, sua “hipocrisia”, seu “egoísmo” e a violência da riqueza e do poder contra os oprimidos.

Semeraro conclui sua análise fundamental, colocando a Teologia da Libertação e Gutiérrez em diálogo com as práticas de libertação mais fecundas daquele momento político na América Latina, a *prática da educação libertadora* - principalmente de Paulo Freire -, “da filosofia da libertação, dos movimentos políticos de libertação, da sociologia e economia da libertação (‘Teoria da Dependência’), das mais diversas expressões artísticas e culturais de libertação que se disseminaram dentro e fora do continente sul-americano”.

O segundo artigo do número 50 da **BJLAS** vem da Colômbia, e das mãos de dois filósofos pesquisadores da teologia, Israel Arturo Orrego-Echeverría, da *Universidad Libre de Colombia*, e Manuel Leonardo Prada Rodríguez, da *Universidad Industrial de Santander* (Colômbia). O artigo intitulado “**Gustavo Gutierrez: uma Teologia comprometida com a Práxis Histórica da Libertação**” começa por uma distinção fundamental - *um dualismo* - que nos permite entender o lugar exato a partir do qual Gustavo Gutierrez desenvolveu seu pensamento teológico cristão, e assim,

seu compromisso ético filosófico e suas lutas intelectuais e políticas pelos pobres na América Latina. Os autores distinguem matrizes interpretativas da vida de Cristo, da espiritualidade e da santidade que, desde as origens do cristianismo, opõem as leituras mais dogmática voltadas à salvação do espírito sem obrigações históricas àquelas que assumem o compromisso com as necessidades e a salvação do próximo. Para Gutierrez, porém, a história da salvação seria a reunião da praxe teológica com a praxe histórica, pois Deus não é alheio à busca da justiça, “toma partido pelos oprimidos” e “se apiedou pelos escravos”.

Rejeitando a posição privilegiada da “igreja convencional” - elitista que prega o conformismo -, as críticas de Gutierrez à modernidade ocidental, ao eurocentrismo, ao desenvolvimentismo, ao capitalismo, entre outros, são pelas vítimas desse desenvolvimento excludente, e por isso, sua sensibilidade ética derivará em “feminismos, indigenismos, ecologismos” e em outras formas de *resistência* contra o “domínio global do capitalismo” e do Deus branco, machista, excludente e antropomorfizado.

Orrego-Echeverría e Prada Rodríguez tematizam o “marxismo cultural” de Gutierrez, invertendo porém a relação teoria-praxe pela relação praxe-teoria. Ou seja, em lugar de interpretar a realidade opressora pelas leituras do materialismo histórico, Gutierrez construiria sua interpretação da realidade pelo caminho junto ao povo, pela comunhão íntima com o oprimido, ao construir com a orientação de Deus e comunitariamente junto com os oprimidos o “trajeto da libertação”. Nesse contexto, conforme concluem os autores, “não seria aceitável qualificar de marxista a Gutierrez porque ele somente articula teologia com ciências sociais, porém sem sintetizá-las”. Nesse contexto, a adoção do materialismo dialético pelos teólogos da libertação teria um papel metodológico interpretativo e não dogmático, uma vez que seu horizonte não seria o socialismo, mas o Reino de Deus.

Deste modo, os autores distinguem, ainda, um aspecto central nas lutas pela libertação durante os anos de ditadura e de Estados de exceção: a interpretação do materialismo histórico, na luta armada, buscou a justiça social pelo caminho da violência, enquanto os teólogos da libertação buscaram a imersão nas Comunidades Eclesiásticas de Base, junto aos marginalizados e empobrecidos, em prol da formação de uma consciência crítica de transformação da realidade e amparados pelas ações salvadoras do exemplo de Cristo.

O paradigma da libertação e a opção pelos mais pobres nas décadas do ápice das ditaduras militares na América Latina permitiram aquilo que Semeraro (2007, p. 96) considera o “florescimento espantoso de práticas político-pedagógicas inovadoras e de criações teóricas em diversos campos que tiveram na ‘libertação’ sua temática aglutinadora”.

O descolamento em relação às comunidades de base e ao papel central da formação política libertadora pelos partidos políticos de esquerda no momento da redemocratização, dos sindicatos e, inclusive, da igreja católica, resultou na desarticulação e no enfraquecimento de uma das mais importantes experiências de construção de uma consciência transformadora da realidade, que era a Igreja e a Teologia da Libertação.

O abandono da praxe libertadora no campo das esquerdas deixou o caminho aberto tanto para a reestruturação do Estado em moldes neoliberais, quanto para a consolidação de alternativas individualistas e despolitizadas de reprodução social, tais como o empreendedorismo que substituiu a ação coordenada dos trabalhadores contra as formas de exploração do capital. Nesse contexto, soluções individualistas, despolitizadoras e avessas aos direitos humanos geraram as condições para o retorno, na segunda década do século XXI, de uma direita conservadora - patriarcal e militarista - nos costumes e (neo)liberal na economia. A expressão mais destacada desta direita são igrejas cristãs, principalmente neopentecostais, analisadas neste número da **BJLAS** pela socióloga

colombiana, Betty Ruth Lozano, da *Unibautista* (Colômbia), no artigo **Fundamentalismo Religioso, Capitalismo racial e Crise civilizatória**. Nesta virada espiritual, não é de surpreender que a Igreja dos Pobres fosse substituída pela Teologia da Prosperidade, que promove práticas empresariais dentro da Igreja, e pela Teologia da Dominação, em que o projeto político das igrejas dominionistas é a ocupação de cargos de poder no Estado, para impor valores e fundamentos de uma interpretação peculiar da Bíblia. Lozano é assertiva quando afirma que o propósito desta empreitada fundamentalista na política não é apenas ocupar a esfera pública, além da privada, como o de transformar o Estado numa extensão das suas crenças.

As sólidas teses defendidas pela autora deste artigo se nutrem do pensamento das mulheres negras latinoamericanas e das teorias decoloniais, além da teologia e do pensamento críticos latinoamericanos. Como resultado, a autora observa que o fundamentalismo cristão se transformou em instrumento central da hegemonia conservadora e neoliberal. É uma estratégia imprescindível de penetração e intervencionismo dos Estados Unidos e, principalmente, é o fundamento a partir do qual se justifica a violência estatal, inclusive o genocídio, pois “uma ameaça demoníaca [...] deve ser exterminada”.

O artigo de Lozano apresenta a antítese dramática dos resultados de uma Igreja que não se propõe à praxe da libertação. Os casos de violência estatal e da polarização política recentes na Colômbia e no Brasil, bem como o genocídio palestino, são exemplos concretos dos alcances e das dinâmicas do fundamentalismo religioso contemporâneo.

O cenário político da atuação de Gustavo Gutiérrez pode ser analisado no quarto artigo que apresentamos neste número da **BJLAS**.

Sem o ensejo de dialogar com o tema central desta edição, o historiador, Antonino Zunino, da *Universidad de la República* (Uruguai), propõe um artigo muito oportuno que desenha aspectos centrais do

cenário político latinoamericano dos anos 1970, mediante a análise de um governo militar no Peru que, na contracorrente das ditaduras regionais, promoveu um programa desenvolvimentista e progressista do ponto de vista das conquistas sociais, embora politicamente não assumisse compromissos com a democracia formal. Em **O Desenvolvimentismo Militar Peruano dos anos 1970 revisitado a partir do Uruguai: uma fase particular no desenvolvimento do capitalismo naquele país e a atração que o "Peruanismo" exercia durante aqueles anos críticos na Região**, o autor analisa o *progresismo militar* de Juan Velasco Alvarado, um presidente *sui generis* que, no cenário de radicalização das ditaduras da segunda metade de século XX na América Latina, se afastou das doutrinas de segurança promovidas pelos Estados Unidos, enquanto desenhou um programa de governo nacionalista e que confrontava as oligarquias peruanas. Velasco Alvarado beneficiou os camponeses peruanos com a Reforma Agrária e implementou um projeto desenvolvimentista de fortalecimento do mercado interno e redução das desigualdades sociais.

A originalidade do artigo é que Zunino não se detém a avaliar o progressismo militar do caso peruano, mas analisa o modo como, em determinado cenário, a experiência peruana teria encontrado aceitação de segmentos da esquerda. O caso específico que Zunino estuda é o cenário uruguaio da pré-ditadura cívico militar.

Os artigos que se seguem no número 50 da **BJLAS** trazem análises valiosas em diversos campos das ciências sociais.

A começar, o trabalho em parceria de Carlos Augusto Viáfara López, da Universidad del Valle (Colômbia), e Yoná dos Santos, da Universidade de São Paulo (Brasil), é uma análise comparativa de metodologias e dados do censo demográfico do Brasil e da Colômbia. Em **Ascensos e Descensos na população afrodescendente na América Latina: as Experiências da Colômbia e do Brasil nos Censos de 2018 e 2022**, Viáfara López e dos Santos apresentam os principais dados estatísticos do censo em ambos

países para, em seguida, polemizar as informações censitárias que não conseguem traduzir sensivelmente a diversidade racial e étnica desses países. As metodologias utilizadas em cada caso são descritas e interpretadas à luz das críticas do pensamento decolonial, denunciando as dificuldades de identificar a diversidade social, a invisibilização oculta sob os dados, os limites de recursos e, entre outros, as escolhas políticas que se impõem em cada critério. Enriquece o artigo a análise temporal dos censos ao longo do século XX, pontuando os problemas de cada momento. Tabelas com estatísticas e quadros exemplificam os casos e permitem melhor comparação de dois países que, na América do Sul, são paradigmáticos para os estudos do racismo estrutural latinoamericano.

O artigo de Flávia Lessa de Barros e de Lília Gonçalves Magalhães Tavolaro, ambas pesquisadoras do *Departamento de Estudos Latino-americanos da Universidade de Brasília* (Brasil), é um estudo de grande fôlego acerca da produção do conhecimento sobre a América Latina que se realiza no Brasil. O artigo se intitula ***Produção do conhecimento sobre a América Latina por Grupos de Pesquisa no Brasil: características, potenciais e desafios***. Trata-se de um estudo quantitativo fecundo, construído a partir de um banco de dados do Ministério de Ciências e Tecnologia do Brasil que reúne os grupos de pesquisa do país, e que é complementado com formulários de perguntas aplicadas a líderes de cada grupo que, não sendo um grupo especializado em estudos sobre a América Latina, vem estudando a partir de diversos campos de conhecimento, problemáticas da região. A relevância deste estudo é destacar quanto a América Latina e o Caribe transformam-se em tema e objeto de pesquisa inclusive em centros que regularmente produzem conhecimentos norte-eurocentrados. Aspecto também fundamental é a crítica dos líderes de pesquisa à ausência de apoio governamental para os estudos sobre a região, algo que se reflete, também, nos diversos foros e espaços de produção do conhecimento sobre a região.

Tabelas e quadros enriquecem as análises com detalhes sobre a região de atuação dos grupos de pesquisa, os principais temas abordados e as áreas em que tais estudos são desenvolvidos.

A atualidade do próximo artigo é traduzida no título **Desenvolvimento Sustentável e Constitucionalismo decolonial: a valorização do trabalho da natureza como fundamento da ordem econômica**. O trabalho essencialmente teórico-argumentativo apresenta a possibilidade de transformar a Natureza em sujeito de Direito. Trata-se de uma reflexão no campo do Direito constitucional do pesquisador Marcelo Barros Jobim, do *Centro de Ensino Superior de Maceió*, no Brasil. A partir do constitucionalismo latinoamericano, principalmente do Equador e da Bolívia, e apoiado na matriz teórica e críticas do pensamento decolonial, o autor polemiza artigos do texto constitucional brasileiro de 1988, destacando a ausência de princípios e normas de proteção dos Direitos da Natureza, vulnerados principalmente pela razão instrumental moderna, o extrativismo e o antropocentrismo clássico. A racionalidade jurídica contemporânea também é colocada no crivo das críticas de Barros Jobim, cuja lógica liberal ignoraria as lógicas alternativas, por exemplo, da agroecologia, e do pensamento indígena que vive em harmonia com a Natureza.

Os próximos artigos apresentam análises no campo das Relações Internacionais. O primeiro trabalho é um resgate histórico de um momento importante de participação da diplomacia mexicana na ONU e sua ação negociadora nas iniciativas de desnuclearização da América Latina.

O artigo **Alfonso García Robles y el Tratado de Tlatelolco: entre la Guerra Fría y la desnuclearización na América Latina** resulta de uma pesquisa bibliográfica e documental sobre a obra e atuação do embaixador e secretário de Relações Externas de México na Comissão Preparatória para a desnuclearização da região, cujos trabalhos resultaram na assinatura, em

1967, do Tratado de Tlatelolco. O autor é investigador do *Centro de Estudios Históricos do Colégio de Michoacán* (México).

O mérito principal do artigo é ter reconstruído em detalhes o momento sensível do cenário pós-Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria, cujo ápice - para nosso caso - foi a Crise dos Mísseis russos em Cuba, em 1962. O artigo analisa documentos históricos e arquivos particulares a fim de compreender as delicadas tarefas e estratégias de construir consensos e eliminar os riscos por parte da diplomacia mexicana – na pessoa de Alfonso García Robles –, em prol de transformar a América Latina na primeira zona da desnuclearização do mundo.

O artigo destaca o papel da diplomacia brasileira, articulada com o esforço mexicano, para integrar o grupo de nações que compuseram a Comissão redatora do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares na região.

As relações entre Panamá e China são o foco do artigo de Sebastian Naranjo Rodríguez, da *Renmin University of China*. A partir de uma análise comparativa das políticas externas, o autor observa o processo difícil de construção de relações bilaterais interrompidas pelas oscilações internas da política e pelo impacto que isto representa na descontinuidade da política externa panamenha com a China. O artigo intitula-se ***Uma exploração comparativa das estratégias de política externa entre Panamá e China: como a falta de continuidade governamental afeta a atividade econômica?***

A instabilidade da política externa panamenha, ora mais alinhada com os interesses dos Estados Unidos, ora voltada a uma atuação mais independente de cooperação e em diálogo com a China é finalmente avaliada pelos riscos potenciais de o Panamá perder as oportunidades econômicas que a China vem oferecendo a outros países da região.

O artigo é acompanhado de cuidadosas tabelas explicativas sobre as variáveis que marcam a cooperação econômica, política e do intercâmbio cultural internacional entre países.

Como as decisões em negociações internacionais podem ser afetadas por dinâmicas internas de um país é o foco também do artigo **Os principais impedimentos para a ratificação do Tratado entre o Mercosul e a União Europeia: a perspectiva dos Jogos em Dois Níveis**, de Rodolfo Vieira Nunes. Neste trabalho, o pesquisador da *Universidade Federal de Juiz de Fora* (Brasil) analisa os principais entraves ao Tratado entre os blocos econômicos do Mercosul e da União Europeia.

Para entender as oscilações das dinâmicas internas e sua influência nas negociações internacionais, o autor utiliza a Teoria dos Jogos de Dois Níveis que permite, cabalmente, combinar o nível nacional e o internacional na análise para identificar os principais impedimentos do Tratado. Entre os problemas identificados, a resistência a mudanças, como a adoção de estratégias de primarização, especialmente no Mercosul e na União Europeia, em setores como indústria e agricultura, são parte dos empecilhos que exigem a eliminação de tarifas e a criação de cotas de importação, ou seja, ações capazes de criar atritos com a base interna de cada país.

A política de 'reexportação' de produtos do Paraguai é o foco do artigo **O dilema paraguaio: entre a reexportação e o Mercosul** dos pesquisadores da *Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, Luiza Peruffo e Kevin Wanderlan Fernandes dos Santos. A reexportação no Paraguai é uma estratégia que envolve a importação de produtos que não são destinados ao consumo interno, mas à revenda para outros países da região, sem grandes transformações. Esse modelo, iniciado na década de 1970 durante a ditadura de Alfredo Stroessner, permitiu ao Paraguai gerar recursos para o regime sem comprometer sua estrutura agroexportadora e consolidou a relação comercial estreita com Brasil e Argentina. Contudo a

estratégia é um obstáculo persistente para uma plena integração do Paraguai ao Mercosul, o que constitui um dos principais aspectos das relações bilaterais deste país com o Brasil e a Argentina. O artigo vem acompanhado de importantes gráficos sobre a reexportação e a balança comercial paraguaia.

A edição número 50 da **BJLAS** é encerrada com uma resenha do livro “*Vender una ciudad. Gentrificación y turistificación en los centros históricos*”, de Iban Díaz Parra. A resenha elaborada por Guillermo Jajamovich da *Universidad de Buenos Aires* (Argentina) sob o título **(Nem) Tudo é Gentrificação** destaca a abordagem comparativa que o autor da obra realiza a partir de estudos de caso na Ciudad de México, em Buenos Aires e na cidade de Sevilla (Espanha).

Referências

DUSSEL, Enrique. El paradigma del Éxodo en la Teología de la Liberación. **Concilium: Revista internacional de teología**, n. 209, p. 99-114, 1987. Disponível em: <https://repository.globethics.net/bitstream/handle/20.500.12424/191083/n25.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 5 dez. 2024.

FERNANDES, Florestan. Patrones de dominación externa en América Latina. In: **Dominación y desigualdad : el dilema social latinoamericano**. México, D. F. : Siglo XXI Editores ; Buenos Aires : CLACSO, 2015[1970]. pp. 113-137. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/16357/1/AntologiaFernandes.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2024.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. La sociedad plural: la democracia en México. In: **De la sociología del poder a la sociología de la explotación**: Pensar América Latina en el siglo XXI. Buenos Aires: Siglo XXI / CLACSO, 2015[1965]. pp. 73-128. Disponível em:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/coedicion/casanova/casanova.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2023.

GUTIERREZ, Gustavo. Liberation Praxis and Christian Faith. In: GIBELLINI, Rosino (org.), **Frontiers of Theology in Latin America**. Nova Iorque (Markynoll): Orbis, 1983.

IDB (Inter American Development Bank). **The Complexities of Inequality in Latin America and the Caribbean**. Inter American Development Bank. 6 março 2024. Disponível em: <https://www.iadb.org/es/noticias/las-complejidades-de-la-desigualdad-en-america-latina-y-el-caribe>. Acesso em: 5 dez. 2023.

ONU/CEPAL. **Panorama Social de América Latina y el Caribe. La transformación de la educación como base para el desarrollo sostenible**. CEPAL, 2022. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/3ca376cf-edd4-4815-b392-b2a1f80ae05a/content>. Acesso em 2 dez. 2022.

SEMERARO, Giovanni. Da Libertação à Hegemonia: Freire e Gramsci no Processo de Democratização do Brasil. **Rev. Sociol. Polít.**, n. 29, p. 95-104, nov. 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782007000200008>. Acesso em 22 jan. 2020.

DOI:[10.11606/issn.1676-6288.prolam.2024.232672](https://doi.org/10.11606/issn.1676-6288.prolam.2024.232672)

Recebido em: 01/01/2025
Aprovado em: 01/01/2025
Publicado em: 01/01/2025